



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento contém as disposições fundamentais a observar na utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio no porto de Setúbal: denominados de "Toca do Pai Lopes / Esguelha", "Outão" e "Soltróia" e concessionados ao Clube Naval Setubalense.
2. Este regulamento aplica-se a todos os utentes dos serviços prestados nos ancoradouros acima referidos.
3. Consideram-se utentes dos serviços, todas as pessoas que tenham requerido esses mesmos serviços e que tenham regularizado o respetivo pagamento.

Artigo 2º

Validade do estacionamento na amarração

1. A autorização de estacionamento na amarração é válida apenas para o titular e para a embarcação a que aquela se reporta.
2. Está vedado aos utentes a utilização da amarração que lhes esteja atribuída, por embarcações diferentes daquela a que a mesma respeita, ainda que tais unidades sejam sua propriedade, sem autorização prévia do Clube Naval Setubalense.
3. Sempre que uma embarcação, inscrita para a utilização de uma amarração, pertencer a mais de uma pessoa, o Clube Naval Setubalense exigirá que, perante ela, um dos comproprietários assuma a responsabilidade única pela referida utilização, sem prejuízo das regras gerais do direito, aplicáveis à compropriedade.

Artigo 3º

Atribuição de postos de amarração

1. Os serviços administrativos do Clube Naval Setubalense, em Setúbal, recebem as inscrições para a utilização de postos de amarração nos ancoradouros denominados "Toca do Pai Lopes / Esguelha", "Outão" e "Soltróia", para a época de 2020, **a partir do dia 31 de Maio de 2020 e das 00h00m01s (Domingo para Segunda Feira).**

Os interessados somente poderão efetuar as suas inscrições por email, enviando o impresso de inscrição, assim bem como toda a documentação necessária para o seguinte endereço de email (sede@clubenavalsetubalense.pt) sendo que todos os remetentes serão igualmente informados por esta mesma via, dos respetivos números de inscrição, dos valores correspondente e a pagar pelo período de utilização pretendido, assim bem como serão indicados alguns condicionalismos, caso os haja.

A Direção do Clube Naval e os seus serviços administrativos não vão considerar os pedidos dos interessados que não reúnam os requisitos exigidos (documentação necessária e obrigatória), nem os que sejam remetidos antes da data e hora fixadas para o efeito.

O respetivo impresso, tarifário e regulamento encontram-se disponíveis, no site do Clube (www.clubenavalsetubalense.pt) e no site do Porto de Setúbal (www.portodesetubal.pt), podendo ser solicitado o envio de toda a documentação relativa ao ano de 2020 por email, junto dos serviços administrativos do Clube.

2. O critério de atribuição será efetuado por ordem de entrada dos respetivos pedidos /local pretendido, levando ainda em conta os seguintes fatores:

- a) as características das embarcações / adequação às poitas;
- b) os locais alternativos pretendidos por ordem de preferência.

3. Os pedidos são formulados pelos proprietários das embarcações ou pelos seus mandatários, nas condições previstas no ponto 1 deste artigo, mediante o preenchimento do impresso, que será facultado por email ou que poderá ser retirado dos sites acima referidos, instruídos com cópias dos documentos abaixo indicados:

- a) livrete com vistoria válida ou certificado de registo (e contrato de "leasing", se for o caso);



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

- b) apólice de seguro de responsabilidade civil e correspondente recibo comprovativo do pagamento (documentos obrigatórios), nos termos do Regulamento da Náutica de Recreio e demais legislação aplicável;
- c) cópia do recibo de água ou luz do domicílio do requerente;
- d) cartão do cidadão/bilhete de identidade e número de contribuinte (no caso de pessoa coletiva, cartão e certidão permanente);

4. Os pedidos de estacionamento de fim de semana, só são admitidos quando entregues para o e-mail (sede@clubenavalsetubalense.pt) até às 13h de sexta-feira.

5. Para efeitos de correspondência e necessidade legal, considera-se como domicílio a morada indicada no documento a entregar pelo utente previsto na alínea c) do n.º3 do presente artigo.

6. A atribuição / informação do número de boia só ocorrerá após efetuado o pagamento da taxa de utilização do posto de amarração.

Artigo 4º Falsas Declarações

Sem prejuízo de outras consequências previstas na lei, a prestação de falsas declarações por parte dos utentes implica o indeferimento dos pedidos formulados ou o cancelamento das autorizações concedidas.

Capítulo II Estacionamento de Embarcações

Artigo 5º Tipos de Estacionamento e renovação

1. A permanência de embarcações nos ancoradouros é autorizada, a título precário, nos seguintes regimes:

- a) **Estacionamento à época:** correspondente ao período de 02 de Junho até 30 de Setembro de 2020.
- b) **Estacionamento trimestral:** correspondente a três meses contínuos ou descontínuos desde que na mesma época.
- c) **Estacionamento mensal:** das 12h.00m. do dia 1 às 12h.00m. horas do dia 1 do mês seguinte ou das 12h.00m. do dia 15 às 12h.00m. do dia 15 do mês seguinte.
- d) **Estacionamento semanal:** das 12h.00m. de sexta-feira às 12h.00m. da sexta-feira seguinte.
- e) **Estacionamento diário:** correspondente a períodos indivisíveis de 24 horas, com início às 12 horas de cada dia.

2. Caso o utente pretenda renovar o período de estacionamento e haja disponibilidade, incluindo eventual obrigatoriedade de mudança de bóia, deverá apresentar o seu pedido ao Clube Naval Setubalense, até cinco dias antes do termo da autorização concedida sob pena de, a partir desta data, a faturação passar a ser pela tarifa diária, sem prejuízo da aplicação do previsto no art.º 8º deste regulamento.

Artigo 6º Taxas de Utilização

1. A cobrança das taxas correspondentes ao período de estacionamento pretendido é efetuada através de transferência bancária para o Iban/Nib: PT50 0018 0003 3889 2709 0202 1, Clube Naval Setubalense, enviando o comprovativo para o e-mail (sede@clubenavalsetubalense.pt), até 10 dias após a inscrição para o posto de amarração. No caso de desistências (doença, avaria da embarcação, outras...), que terão que ser informadas por email, será aplicado o seguinte procedimento:

- até 5 dias antes da entrada, é reembolsado 50% do valor pago;



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

- até 72 horas, é reembolsado 25% do valor pago;
- menos de 72 horas, não são efetuados reembolsos.

2. Pelo não pagamento das taxas devidas, o utente incorre na aplicação do disposto na alínea f) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 8.º deste Regulamento, bem como na perda imediata da autorização do posto de amarração, sem prejuízo da realização da audiência prévia prevista no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 7.º **Responsabilidades**

1. Os utilizadores dos ancoradouros são responsáveis perante o, Clube Naval Setubalense e terceiros, nos termos gerais do direito, pelos danos causados, devendo utilizá-los com redobrada atenção e tomar as indispensáveis precauções com vista a evitar a ocorrência de acidentes, atendendo aos riscos naturais a que tal atividade se encontra sujeita.
2. O Clube Naval Setubalense não é responsável por perdas, danos ou acidentes, que sofram as embarcações e todos aqueles que frequentem os ancoradouros, salvo se os mesmos lhe forem imputáveis nos termos da legislação em vigor.
3. O Clube Naval Setubalense não é responsável por furtos ou roubos e atos de vandalismo ocorridos nas embarcações estacionadas nos ancoradouros.

Artigo 8.º **Remoção de Embarcações**

1. O Clube Naval Setubalense reserva-se o direito de remover qualquer embarcação ou objeto estacionado nos ancoradouros quando se verificar:
 - a) O estacionamento sem autorização;
 - b) O estacionamento prejudicial ao normal funcionamento dos ancoradouros;
 - c) A necessidade de manutenção, conservação e operacionalidade dos ancoradouros;
 - d) A ocorrência de mau tempo ou outras circunstâncias que o aconselhem; sem prejuízo do disposto no art.11.º;
 - e) A violação das normas do presente regulamento;
 - f) O não pagamento das taxas exigidas.
2. Os custos de remoção das embarcações pelos motivos referidos no número anterior são da responsabilidade dos proprietários.
3. Salvo situações de emergência ou outras circunstâncias que manifestamente o impeçam, os proprietários das embarcações serão previamente notificados, pelos serviços administrativos do Clube Naval Setubalense para o efeito, sob pena de, findo o prazo estipulado, a efetuá-la a expensas dos mesmos.

Artigo 9.º **Segurança**

Para efeitos de segurança e sem prejuízo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o Clube Naval Setubalense pode adotar, entre outras, as seguintes medidas ou providências:

- a) Relativamente a embarcações estrangeiras, se for caso disso, exigir informação sobre os locais de proveniência e destino das mesmas, nome, nacionalidade, número de pessoas embarcadas e desembarcadas, data e hora provável de saída;



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

- b) Proceder à identificação das pessoas que estacionam as embarcações nos ancoradouros;
- c) Promover junto das autoridades competentes o impedimento de saída das embarcações nos casos justificados de incumprimento das normas estabelecidas.

Artigo 10º

Troca de Embarcação

1. A autorização de um posto de amarração fixa no caso de troca de embarcação, por outra de classe superior do mesmo titular, estará condicionada à disponibilidade de postos de amarração vagos e eventualmente de pedidos em lista de espera.
2. Porém, o titular goza, em igualdade de circunstâncias, do direito de preferência na autorização do posto de amarração compatível com as características da nova embarcação.
3. No caso previsto no número anterior, é devido o diferencial da taxa correspondente ao tempo ainda não decorrido do período de estacionamento.
4. Quando a troca de embarcação for feita por outra de classe inferior, mantendo o mesmo posto de amarração, são devidas as taxas previstas para a classe de embarcação a que o posto de amarração respeita.

Capítulo III

Obrigações

Artigo 11º

Obrigações dos utentes

1. Tendo os utentes dos serviços tomado conhecimento prévio deste regulamento, obrigam-se a utilizar os ancoradouros de acordo com o seguinte:
 - a) requerer, nos termos do art. 3º, a atribuição de uma amarração fixa, indicando o(s) período(s) de estacionamento e ancoradouro(s) pretendido(s);
 - b) amarrar as suas embarcações nos locais indicados pelo Clube Naval Setubalense em condições de segurança, nomeadamente, bem amarradas, dotadas de cabos dimensionados e em bom estado de conservação;
 - c) estarem atentos às previsões meteorológicas afixadas nos locais e em especial aos avisos de mau tempo no sentido de acautelar os seus bens;
 - d) respeitarem os horários fixados para o transbordo de terra para as embarcações e vice-versa indicados na alínea c) do art. 12.º;
 - e) respeitar as regras de boa vizinhança, urbanidade e mútuo respeito entre todos os proprietários de embarcações ancoradas;
 - f) manter as embarcações em condições de perfeita flutuabilidade e em bom estado de conservação e limpeza;
 - g) dotar as embarcações de defensas adequadas, em bom estado de conservação e operacionalidade e devidamente colocadas, de modo a protegê-las eficazmente contra pequenos encostos e pancadas resultantes de manobras de vária natureza;
 - h) não prejudicar a segurança dos ancoradouros nem das restantes embarcações;
 - i) não fazer lume ou trabalhos a fogo de qualquer natureza, quer no interior das embarcações, quer durante o transbordo,
 - j) não efetuar reparações nas embarcações estacionadas na área líquida, sem a autorização prévia do Clube Naval Setubalense.
 - l) não navegar a velocidade superior a três nós no interior dos ancoradouros, à entrada ou saída do mesmo, a fim de não provocar ondulação que possa prejudicar a segurança e bem-estar dos demais utentes;
 - m) respeitar os corredores para acesso e circulação das embarcações nas áreas designadas para o efeito;
 - n) não despejar óleos, detritos ou quaisquer objetos na área líquida ou nas áreas terrestres;



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

- o)** não ensaiar motores ou executar quaisquer trabalhos no interior das embarcações que possam causar incómodos aos demais utentes;
- p)** não causar poluição marítima,
- q)** não se banhar ou mergulhar nas águas do interior dos ancoradouros;
- r)** efetuar antecipadamente o pagamento das taxas previstas no tarifário enviado previamente via e-mail;
- s)** manter atualizado, o n.º de telefone por forma a que possam ser, fácil e rapidamente, contactados a qualquer hora para resolver situações que eventualmente surjam no estacionamento das embarcações;
- t)** manter atualizadas as vistorias e os seguros das respetivas embarcações.

2. Os proprietários das embarcações utentes dos ancoradouros autorizam que as suas embarcações possam ser mudadas de uma determinada amarração para outra situada no mesmo ancoradouro, mesmo sem o seu prévio conhecimento, sempre que motivos de força maior ou de segurança assim o exijam, por funcionários do serviço devidamente qualificados e mandatados. Sempre que se verifique a necessidade de movimentar uma embarcação, o seu proprietário será informado da ocorrência e do motivo que causou a necessidade de movimentação da sua embarcação, no prazo máximo de 24 horas.

Artigo 12º

Direitos dos utentes

Os titulares de um posto fixo de amarração têm direito:

- a)** ao estacionamento nas amarrações em situações de bom tempo, o qual e em termos estatísticos se restringe ao período de 02 de Junho a 30 de Setembro de 2020 (neste ano de 2020 e motivado pela Pandemia do Covid-19), incluindo sábados, domingos e feriados;
- b)** que lhe seja indicada a amarração onde a embarcação deverá ser estacionada;

Serviço de Vai-Vém (Transbordo de e para as embarcações)

- c)** ao transbordo de terra para as embarcações e vice-versa todos os dias, nos seguintes horários:
 - no mês de Junho, das 9 horas às 20 horas;
 - no mês de Julho, das 9 horas às 21 horas;
 - no mês de Agosto, das 9 horas às 20 horase no mês de Setembro, das 9 horas às 19 horas;
 - o ancoradouro de Soltróia funcionará, no mês de Junho, das 9 horas às 20 horas, mês de Julho, das 9h às 20h30m, mês de Agosto, das 09 às 20h e mês de Setembro, das 9 horas às 19 horas;o qual está afixado em local bem visível nos abrigos em cada ancoradouro. Em caso de força maior o serviço será prestado sempre que para tal seja solicitado.
- d)** a que sejam assinalados os locais de embarque para transbordo de pessoas de e para as embarcações ancoradas, com a indicação "Local de Embarque" ou sejam estejam identificados os corredores para a realização dos serviços de vai-vém;
- e)** aos serviços de vigilância conducentes à prevenção de incidentes e ou acidentes;
- f)** a serem informados das previsões meteorológicas, nomeadamente avisos de mau tempo, no sentido de acautelar os seus bens, afixadas nas instalações de apoio, e complementarmente, do respetivo boletim atualizado de informação meteorológica fornecida pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, incluindo, para os dias seguintes.
- g)** aquando da realização do serviço de vai-vém e tendo em conta o cumprimento das recomendações e orientações das autoridades, no âmbito da pandemia do Covid-19, só será permitida a realização do transbordo de e para as embarcações, com um número limitado de passageiros, além do marinheiro (colaborador do Clube Naval Setubalense que se encontra a realizar o referido serviço), que será no máximo de duas pessoas.



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

g.) 1 - igualmente e acordo com as recomendações da Direção Geral de Saúde, o marinheiro realizará o transbordo e sempre que transportar passageiros com máscara de proteção, ao qual apelamos ao bom senso de todos, para que também utilizem máscara sempre que forem nas nossas embarcações que realizam o serviço de vai-vem;

h) Somente para o Ancoradouro da "Esguelha" e motivado pela impossibilidade de deslocação de carro até ao início da praia da Albarquel, normas /regras impostas pelas autoridades competentes, vamos realizar neste presente ano de 2020, o serviço de vai-vém para o referido ancoradouro desde o Parque Urbano da Albarquel e junto ao serviço de vai-vém do referido Ancoradouro "Toca do Pai Lopes". Pelo que apelamos para que e em caso de ser necessário o transbordo de muitas pessoas para a sua embarcação, que se desloque com a mesma, até em frente ao "corredor" do vai-vém situado no Parque Urbano da Albarquel para evitar demoras e tempos de espera e ser mais fácil para todos, promovendo assim o distanciamento social e respetiva aglomeração de pessoas junto aos corredores de vai-vém.

i) Tendo em conta o serviço de "transfer" /autocarros e mini-bus, facultado pelo município de Setúbal, intitulado "Arrábida sem carros" que se vai encontrar em funcionamento desde o próximo dia 13 de Junho, para as praias e para evitar congestionamento de trânsito e as respetivas limitações rodoviárias para as praias que vão existir, que terá paragens na Avenida Jaime Rebelo, junto ao Inatel /Clube Naval Setubalense e na Avenida Luísa Todi, junto a Casa "Baia" e junto ao Hotel "Marisol", aconselhamos e para quem pretenda utilizar os mesmos que é possível virem efetuar os transbordos para os restantes passageiros da sua embarcação na Doca do Clube Naval Setubalense. Podem consultar os horários e possíveis ponto de apeamento no site da Câmara Municipal de Setúbal.

Artigo 13º

Cancelamento das autorizações

1. O Clube Naval Setubalense, poderá proceder ao cancelamento das autorizações concedidas aos utentes dos ancoradouros, sem direito a qualquer indemnização, sempre que os mesmos violem quaisquer obrigações ou disposições legais ou regulamentares a que se encontrem sujeitos ou referidos neste regulamento.

Artigo 14º

Processos de cancelamento

Os processos de cancelamento serão instaurados oficiosamente pela Direção do Clube.

Artigo 15º

Suspensão das autorizações

O Clube Naval Setubalense poderá ainda proceder à suspensão das autorizações, sem sujeição a qualquer indemnização sempre que, por anomalias verificadas no exercício da atividade, o entenda oportuno, através da prévia comunicação por escrito indicando as razões de facto e de direito que determinarem a suspensão.

Capítulo IV

Artigo 16º

Sugestões e Reclamações

1. Os utentes poderão apresentar por escrito as respetivas sugestões ou reclamações relativas ao estacionamento ou de quaisquer outras matérias de interesse para o bom funcionamento dos ancoradouros.



Regulamento de utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio: Toca do Pai Lopes / Esguelha, Outão e Soltróia, em Setúbal

2. Para os efeitos do número precedente, sugerimos que as sugestões , assim bem como as reclamações sejam efetuadas para o endereço de email do Clube (sede@clubenavalsetubalense.pt), caso pretendam efetuar a reclamação por escrito, devem efetuar a mesma no respetivo livro de reclamações existente nos serviços administrativos do Clube.

Capítulo V

Artigo 17º

1. Em tudo o omissso neste regulamento, ficará sujeito a decisão da Direção do Clube Naval Setubalense.

Capítulo VI

Artigo 18º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia 28 de Maio de 2020.

Setúbal, em 28 de Maio de 2020

Clube Naval Setubalense